

MINUTA CONTRATO N° ____/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE CARLOS GOMES**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, registrada no CNPJ nº,93.539.187/0001-87 com seu prédio administrativo sito, Av. Pe. Estanislau Holejnik, 689, neste ato representada pelo Senhor, Prefeito Municipal, Sr. Egidio Moreto, doravante denominado CONTRATANTE e Pessoa Jurídica de Direito Privado, _____, registrada no CNPJ sob o nº _____, sita _____, na cidade de _____, neste ato representada pelo _____, portador do CPF nº _____, doravante denominado CONTRATADO, para o fornecimento do objeto, descrito na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente Contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, conforme Pregão Presencial N°043/2019, regendo-se pela Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº 85.538/2015 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e legislação pertinente e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. Fica gestor do contrato a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de assessoramento administrativo na área tributária do município, compreendendo a realização dos seguintes trabalhos: análise das Guias Modelos A e B, Programa de Integração Tributária - PIT com ações de educação fiscal e , se necessário, prestar assessoramento na elaboração de recursos administrativos junto aos órgãos estaduais e federais em matérias relacionados ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O CONTRATADO se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço certo e ajustado de R\$ ____ (____) mensalmente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O contratante pagará ao contratado o valor de R\$ ____ (____) mensalmente, mediante apresentação de efetividade emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos destinados ao pagamento de que trata o presente contrato são oriundos da receita própria do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – os recursos orçamentários estão previstos nas seguintes contas:

08.01.10.301.0031.2056.3.3.90.35.01.00.00

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados na sede administrativa do CONTRATANTE através de sua Tesouraria.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será suspenso até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte do CONTRATADO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede administrativa do CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso no dia previsto no item anterior não haja expediente na sede administrativa do CONTRATANTE, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a este.

CLAUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

Nos casos em que o CONTRATADO não atender aos preceitos na forma deste contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência expressa;
- b) Na reincidência, advertência expressa;
- c) Suspensão do contrato e
- d) Rescisão do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA MULTA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Multa Contratual de 10%(dez por cento) sobre o valor total do contrato, que será aplicada na hipótese de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, sem prejuízo de outras penalidades previstas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes e demais legislações pertinentes a matéria.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

'O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação Judicial, nas seguintes hipóteses;

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata, falência ou insolvência do CONTRATADO.
- c) se o CONTRATADO, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.
- d) e os demais mencionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O CONTRATADO, indenizará ao CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Contratante poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII da Lei 8.666/93, sem que caiba ao Contratado qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

c) O CONTRATADO assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e do Contratado perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – São prerrogativas do CONTRATANTE as previstas no art. 58 da Lei nº 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas no preâmbulo deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Constitui obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado, e
- b) dar à contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;

PARÁGRAFO QUARTO – Constituem obrigações do CONTRATADO:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

CLAUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA – Este Contrato terá vigência de 12 meses e poderá ser renovado pelo mesmo período até completar 60 meses, o reajuste será calculado através do IGPM.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUCESSÃO E FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Gaurama para dirimir as dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas.

Carlos Gomes/RS, _____ de 2019.

Egídio Moreto
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

Narciso Paludo
Assessor Jurídico
OAB/RS nº15136